

Prova Cargo B02, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Específicos I**

## **INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 120 questões numeradas de 1 a 120. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### **VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### **ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Medida provisória editada em 28 de agosto de 2001 permaneceu em vigor até 15 de setembro de 2004, quando foi convertida em lei, tendo sido convalidados os efeitos produzidos durante sua vigência. Nessa hipótese, a conversão da medida provisória em lei é

- (A) compatível com a Constituição federal, por se tratar de medida provisória editada anteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.
- (B) inconstitucional, pois perde eficácia medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 30 dias após sua edição.
- (C) válida, desde que o Congresso Nacional a tenha submetido a regime de urgência, 45 dias após sua edição.
- (D) inconstitucional, pois as medidas provisórias editadas antes da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, perderam eficácia quando da entrada em vigor desta.
- (E) incompatível com a Constituição, pois a medida provisória deveria ter sido expressamente revogada por outra, para deixar de produzir efeitos, convalidando-se os que já produzira.

2. Nos termos da Constituição federal, é igualmente vedado aos juizes e membros do Ministério Público

- (A) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, ressalvadas as fixadas em lei.
- (B) exercer atividade político-partidária, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- (C) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, sem quaisquer ressalvas.
- (D) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (E) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.

3. Nos termos da Constituição federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- (A) o *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal.
- (B) o litígio entre organismo internacional e o Estado, Distrito Federal ou Território.
- (C) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (D) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
- (E) o recurso especial interposto contra decisão que contrariar ou negar vigência a tratado internacional.

4. A Constituição federal assegura indistintamente a todos a gratuidade

- (A) de assistência jurídica integral.
- (B) da certidão de matrícula imobiliária.
- (C) do mandado de segurança.
- (D) da ação de *habeas data*.
- (E) do mandado de injunção.

5. O proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá ser compelido pelo Poder Público municipal, atendidas as exigências constitucionais e legais pertinentes, a promover seu adequado aproveitamento, sob pena de

- (A) requisição da propriedade para destinação prevista em lei municipal, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se comprovado dano, quando de sua restituição.
- (B) usucapião extraordinário, em se tratando de área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizada para fins de moradia de família que não seja proprietária de outro imóvel.
- (C) desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante prévia e justa indenização, em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação de valor real.
- (D) expropriação imediata, com vistas especificamente ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário.
- (E) adoção de medidas sancionatórias sucessivas, inclusive desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos.

6. Na hipótese de intervenção federal decretada no caso de recusa à execução de lei federal, a decretação da intervenção dependerá de

- (A) submissão prévia à apreciação do Congresso Nacional, para que possa surtir efeitos.
- (B) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador Geral da República.
- (C) especificação da amplitude, prazo, condições de execução e nomeação de interventor pelo Congresso Nacional.
- (D) solicitação do Poder Legislativo ou Executivo coacto ou impedido de exercer suas atribuições.
- (E) requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

7. Possui aplicabilidade imediata e eficácia contida a norma constitucional segundo a qual

- (A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.
- (B) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (C) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

<p>8. Por intermédio da Emenda Constitucional nº 16, de 1965, à Constituição brasileira então vigente, atribuiu-se ao Supremo Tribunal Federal competência originária para processar e julgar “representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República”. Referido instrumento originou, posteriormente, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro,</p> <p>(A) o mandado de segurança.</p> <p>(B) o recurso extraordinário.</p> <p>(C) a ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(D) o mandado de injunção.</p> <p>(E) a ação direta interventiva.</p>	<p>11. São feitas, a seguir, três afirmações sobre a liberdade de associação sindical na Constituição de 1988.</p> <p>I. O aposentado filiado tem direito a votar, porém não a ser votado, nas organizações sindicais.</p> <p>II. São vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.</p> <p>III. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>9. Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, com vistas a ampliar a duração do mandato presidencial e extinguir a possibilidade de reeleição deste, é submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, sendo expressamente rejeitada no primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados, pelo voto de 4/5 de seus membros. Nessa hipótese, a matéria constante da referida proposta de Emenda</p> <p>(A) deverá ser submetida a nova votação na Câmara dos Deputados, uma vez que realizado apenas um turno de votação naquela Casa.</p> <p>(B) não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, por expressa vedação constitucional.</p> <p>(C) não poderia ter sido objeto de deliberação pelas Casas legislativas, por ofender limitação material expressa imposta ao poder de reforma constitucional.</p> <p>(D) poderá ser objeto de nova proposta de Emenda, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.</p> <p>(E) padece de vício formal de inconstitucionalidade insanável, porque não está dentre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República.</p>	<p>12. Relativamente às atividades econômicas que constituem monopólio da União, permite a Constituição federal que sua realização seja contratada com empresas estatais ou privadas, EXCETO no que se refere a</p> <p>(A) pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.</p> <p>(B) refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.</p> <p>(C) pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.</p> <p>(D) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes da atividade de refinação do petróleo.</p> <p>(E) transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país.</p>
<p>10. Considera-se mecanismo de controle de constitucionalidade político repressivo</p> <p>(A) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) o veto presidencial a projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.</p> <p>(C) o parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça das Casas legislativas em análise a projeto de lei.</p> <p>(D) a suspensão da eficácia de lei federal pela superveniência de lei estadual que veicule normas específicas em matéria de competência legislativa concorrente.</p> <p>(E) a decisão liminar proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, suspendendo eficácia de lei estadual, até o julgamento definitivo da ação.</p>	<p>13. Dispõe a Constituição do Estado que compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, “a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição”, possuindo legitimidade para sua propositura, dentre outras autoridades e entidades elencadas na Constituição, o Governador do Estado, o Procurador-Geral da Justiça e os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa ou, quando for o caso, nas Câmaras Municipais. Referido mecanismo contemplado pela Constituição estadual</p> <p>(A) é incompatível com a Constituição federal, que atribui competência exclusiva ao Supremo Tribunal Federal para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) ofende a autonomia assegurada aos Municípios pela Constituição federal, ao permitir que órgão da Justiça estadual analise normas municipais à luz da Constituição do Estado.</p> <p>(C) contraria norma da Constituição federal, que determina que se restrinja a um único órgão a legitimação para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade em âmbito estadual.</p> <p>(D) corresponde a faculdade expressamente atribuída aos Estados na Constituição federal, observando, inclusive, os limites por esta estabelecidos para tanto.</p> <p>(E) é incompatível com a Constituição federal, por extrapolar os limites de atuação do poder constituinte decorrente e, por conseguinte, da capacidade de auto-organização do Estado.</p>

<p>14. Empossado em 1º de janeiro de 2003, o Governador do Estado renuncia ao mandato em 30 de julho de 2005, com vistas a preparar sua candidatura para as eleições majoritárias que ocorrerão no ano seguinte. Ocorre que, em janeiro de 2005, acometido de grave problema de saúde, o Vice-Governador já havia se afastado temporariamente do exercício de suas funções, tendo em março do mesmo ano vindo a falecer. Nessa situação, nos termos da Constituição do Estado,</p> <p>(A) deveria ter sido realizada nova eleição para ambos os cargos, trinta dias após a vaga do cargo de Governador, pela Assembléia Legislativa.</p> <p>(B) deveria o Presidente da Assembléia Legislativa ter sucedido o Governador, completando o período de seu antecessor.</p> <p>(C) competiria ao Presidente do Tribunal de Justiça assumir interinamente o cargo de Governador, até a realização de novas eleições para o seu preenchimento.</p> <p>(D) seriam chamados, sucessivamente, a ocupar o cargo de Governador os Presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa estaduais.</p> <p>(E) a renúncia do Governador teria seus efeitos suspensos até a realização de nova eleição para os cargos vagos, observado o prazo de noventa dias para tanto.</p>	<p>17. Suponha que o Estado houvesse promulgado, em 2002, lei que dispusesse sobre a política florestal, matéria esta que já é objeto de lei federal preexistente. Suponha, ademais, que em 2004 houvesse referida lei federal sofrido alterações, em parte incompatíveis com dispositivos da lei estadual. Diante desse quadro e considerada a disciplina constitucional da repartição de competências,</p> <p>(A) a lei estadual foi promulgada em desrespeito às Constituições federal e estadual, que prevêem a matéria como sendo de competência privativa da União, indelegável aos demais entes da federação.</p> <p>(B) poderia o Estado legislar sobre a matéria em questão, por se tratar de competência comum a União, Estados e Municípios, revogando-se, contudo, os dispositivos da lei estadual contrários à lei federal, pela superveniência desta.</p> <p>(C) a legislação federal invadiu competência reservada pelas Constituições federal e estadual ao Estado, por se inserir a matéria dentre os poderes remanescentes dos Estados-membros da federação.</p> <p>(D) poderia o Estado legislar sobre a matéria, por se tratar de competência concorrente, suspendendo-se, porém, a eficácia da lei estadual pela lei federal superveniente naquilo em que, em termos de normas gerais, lhe for contrária.</p> <p>(E) as leis estadual e federais agiram em desacordo com as Constituições federal e estadual, por versarem sobre matéria considerada de interesse local e, portanto, de competência exclusiva dos Municípios.</p>
<p>15. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República,</p> <p>(A) autorizar a decretação de estado de defesa e intervenção federal.</p> <p>(B) dispor sobre fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.</p> <p>(C) eleger membros do Conselho da República.</p> <p>(D) autorizar referendo e convocar plebiscito.</p> <p>(E) julgar o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade.</p>	<p>18. Nos termos da Constituição federal, o Conselho Nacional de Justiça</p> <p>(A) é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que vota em caso de desempate, estando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.</p> <p>(B) compõe-se de 15 membros, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, com mandato de 2 anos, vedada a recondução.</p> <p>(C) é órgão do Poder Judiciário, tem sede na Capital Federal e exerce jurisdição em todo o território nacional.</p> <p>(D) tem seus membros indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.</p> <p>(E) exerce o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.</p>
<p>16. A Constituição federal veda expressamente às Câmaras Municipais, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade de seu Presidente,</p> <p>(A) fixar o subsídio de seus Vereadores em valor superior a 20% do subsídio dos Deputados Estaduais, em Municípios com mais de 300.000 habitantes.</p> <p>(B) aplicar menos do que 25% da receita resultante de impostos, compreendida a oriunda de transferências, na manutenção do ensino.</p> <p>(C) gastar mais do que 70% da receita da Câmara Municipal com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio de seus Vereadores.</p> <p>(D) fixar o número de Vereadores em desrespeito à proporcionalidade ao número de habitantes do Município, nos limites estabelecidos pela Constituição.</p> <p>(E) efetuar repasse que supere 5% do somatório de receitas tributárias e transferências constitucionais, em Municípios com mais de 500.000 habitantes.</p>	<p>19. NÃO se considera objetivo constitucional da seguridade social</p> <p>(A) o caráter democrático de sua administração, mediante gestão tripartite nos órgãos colegiados.</p> <p>(B) a universalidade da cobertura e do atendimento.</p> <p>(C) a irredutibilidade do valor dos benefícios.</p> <p>(D) a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.</p> <p>(E) a seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios.</p>

20. A Constituição federal estabelece que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada de acordo com procedimento estabelecido pela própria Constituição. Na hipótese de a República Federativa do Brasil vir a ser parte de tratado internacional celebrado no ano corrente, no bojo do qual se vede a instituição de pena de morte, sem exceções,
- (A) a norma decorrente do tratado revogará a norma constitucional, em decorrência do princípio segundo o qual, havendo duas normas de mesmo grau hierárquico, a posterior revoga a anterior.
  - (B) o tratado internacional será equivalente a uma emenda constitucional, se aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (C) o tratado internacional não terá o condão de alterar o conteúdo da norma constitucional, na medida em que esta é mais favorável à liberdade do que aquela contida no tratado.
  - (D) a norma constitucional terá sua eficácia suspensa pelo advento do tratado internacional, que, por determinação da própria Constituição, tem aplicabilidade imediata, por conter norma definidora de um direito fundamental.
  - (E) somente terá validade a norma decorrente do tratado internacional no âmbito da jurisdição de Tribunal Penal Internacional cuja criação o Estado brasileiro tenha manifestado adesão.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Suponha que o Governo do Estado do Maranhão resolva alienar vários bens imóveis de sua propriedade, localizados em diversos municípios. Como os bens já são considerados dominiais, e não estão afetados a nenhuma atividade pública, o Poder Executivo dispensou autorização legislativa para a venda e designou a concorrência pública para o segundo semestre do ano de 2006, prevista para ser concluída – com a efetiva transferência de propriedade – no mês de novembro desse ano. Esse procedimento é
- (A) correto.
  - (B) ilícito, pois a alienação de imóveis depende de prévia autorização da Assembléia Legislativa e não pode ser realizada no período compreendido entre a eleição e a posse de novo Governador.
  - (C) ilícito, pois a alienação de imóveis depende de prévia autorização da Assembléia Legislativa, estando, no mais, correto.
  - (D) ilícito, pois não pode haver alienação de imóveis no período compreendido entre a eleição e a posse do novo Governador, estando, no mais, correto.
  - (E) ilícito, pois a alienação de imóveis deve ser feita por meio de leilão, estando, no mais, correto.

22. A capital de um determinado Estado da federação se localiza em uma ilha costeira, que é sede do Município. Esta ilha
- (A) é bem público pertencente à União Federal.
  - (B) é bem público pertencente ao Estado.
  - (C) é bem público pertencente ao Município.
  - (D) é bem público de propriedade compartilhada entre a União Federal e o Estado.
  - (E) não é bem público.

23. Determinado Estado constitui uma empresa pública para gerir o serviço público de gás canalizado. A lei de criação dessa empresa define que os bens de sua propriedade, incluindo aqueles não diretamente utilizados na prestação do serviço público, serão impenhoráveis. Esse dispositivo legal, no seu aspecto material, é
- (A) inconstitucional, pois as empresas públicas devem seguir o regime jurídico próprio das empresas privadas.
  - (B) constitucional, pois os bens de empresa pública são de uso comum do povo e, por isso, impenhoráveis por sua própria natureza.
  - (C) constitucional, em razão do fato de a empresa pública não exercer atividade econômica em sentido estrito.
  - (D) inconstitucional, pois apenas lei federal poderia disciplinar o regime de utilização dos bens públicos, ainda que estaduais ou municipais.
  - (E) constitucional apenas no que diz respeito aos bens diretamente utilizados na prestação do serviço público, restando os demais bens sujeitos à regra geral de penhorabilidade.

24. Dentre as regras gerais aplicáveis aos processos administrativos, está a
- (A) plena aplicabilidade do princípio dispositivo, uma vez que o processo administrativo não pode ser iniciado de ofício.
  - (B) mitigação dos princípios da ampla defesa e do contraditório, que têm mais relevância no processo judicial.
  - (C) irrecorribilidade das decisões, por força do princípio hierárquico da Administração.
  - (D) possibilidade de reconhecimento de nulidades, mesmo que não suscitadas pela parte interessada.
  - (E) inobservância do princípio da instrumentalidade das formas, uma vez que a forma é requisito essencial do ato administrativo.

25. De acordo com a legislação federal vigente sobre a matéria, a convalidação de um ato administrativo que apresente defeitos
- (A) não é possível.
  - (B) é possível em caso de defeitos sanáveis, desde que não gere prejuízos a terceiros ou ao interesse público.
  - (C) somente é possível se desse ato não advierem direitos adquiridos.
  - (D) é possível em qualquer circunstância, desde que respeitado o prazo decadencial de 5 (cinco) anos.
  - (E) depende da manifestação de vontade de todos os particulares a quem o ato aproveitou.

**Atenção:** Para responder as questões 26 e 27, leia os hipotéticos artigos de lei abaixo transcritos:

“Art. x. A inobservância dos preceitos desta lei ensejará a aplicação das sanções administrativas descritas nos artigos subsequentes, de ofício ou mediante provocação da parte interessada, mediante processo inaugurado com auto de infração.

Art. y. O agente autuante, ao constatar a prática de ilícito, deverá lavrar o auto de infração e aplicará a multa prevista para a conduta, dentro dos limites legalmente previstos para a infração e observando:

- I. a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências;
- II. os antecedentes do infrator;
- III. a situação econômica do infrator.

Art. z. A autoridade superior competente pode, ao julgar o auto de infração, majorar, manter ou minorar o valor da multa aplicada, observando os incisos do artigo anterior.”

26. O agente autuante, ao praticar os atos descritos no art. y, exerce competência
- (A) estritamente vinculada.
  - (B) vinculada quanto à lavratura do auto de infração e discricionária quanto à aplicação ou não da multa.
  - (C) vinculada quanto à lavratura do auto de infração e à aplicação da multa, e discricionária quanto ao seu valor.
  - (D) discricionária quanto à lavratura do auto de infração, à aplicação da multa e à fixação de seu valor.
  - (E) vinculada quanto à lavratura do auto de infração, discricionária quanto à aplicação da multa e arbitrária quanto à fixação de seu valor.

27. O poder conferido à autoridade superior para julgar o auto de infração e alterar o valor da multa aplicada decorre da
- (A) estrutura hierárquica da Administração, que permite ao superior alterar e revogar os atos praticados pelos subordinados.
  - (B) autonomia funcional conferida aos órgãos integrantes da Administração Direta, relativamente a seus superiores hierárquicos.
  - (C) possibilidade de a Administração reconhecer a nulidade de seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade.
  - (D) independência legalmente conferida aos órgãos julgadores administrativos, semelhante à das autoridades judiciárias, por força do princípio do juiz natural.
  - (E) obrigação da Administração de não praticar atos com abuso de poder.

28. A responsabilidade civil do Estado, no Direito Brasileiro, tem entre os seus fundamentos doutrinários a teoria
- (A) da culpa do serviço público (*faute du service*), pela qual o Estado é responsável pelos atos praticados culposamente pelos seus agentes.
  - (B) do risco administrativo, que dispensa o Estado de velar pelos atos praticados pelos concessionários de serviço público não integrantes da Administração.
  - (C) do risco-proveito, que afasta a existência de excludentes de responsabilidade, bem como a responsabilidade civil do Estado por omissão.
  - (D) da igualdade nos ônus e encargos sociais, pela qual um particular não está obrigado a sofrer perdas patrimoniais maiores do que os outros indivíduos.
  - (E) da culpa administrativa, por meio da qual o Estado está obrigado a arcar com os danos causados a particulares, ainda que decorrentes de atos lícitos.

29. “Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos no edital para execução de seu objeto”. Dentre os requisitos mínimos de habilitação, NÃO poderá constar a exigência de comprovação de

- (A) registro dos atos constitutivos do interessado no órgão de registro do comércio, quando exercente de atividade empresária.
- (B) regularidade do interessado quanto ao pagamento de contribuições devidas à seguridade social.
- (C) boa situação financeira do interessado, por meio da exibição de demonstrações contábeis.
- (D) capacidade técnico-profissional, por meio da exibição de atestados que demonstrem possuir o interessado, a seu serviço, profissionais que executaram atividades semelhantes ao objeto da licitação.
- (E) experiência e aptidão técnicas, por meio da demonstração de que o interessado já foi contratado pelo ente licitante para a consecução de objeto idêntico ao da licitação.

30. A abertura dos envelopes de habilitação de uma licitação, sob a modalidade de concorrência, estava designada para o dia 20 de novembro, sexta-feira. No dia 16 de novembro, um potencial participante da licitação, alegando essa qualidade, impugnou determinadas cláusulas do edital. Não houve resposta até a data designada da abertura dos envelopes, mas o impugnante não compareceu à sessão e não entregou os envelopes em seu nome. Posteriormente ao julgamento da habilitação, a comissão de licitação percebeu que a impugnação apresentada era procedente e que havia ilegalidade flagrante no edital. Nessa hipótese, a comissão

- (A) tem o poder de anular a licitação de ofício.
- (B) não pode anular a licitação, porque a impugnação foi intempestiva.
- (C) não pode anular a licitação, porque o impugnante dela não participa.
- (D) não pode anular a licitação, mas pode revogá-la por relevante interesse público.
- (E) pode anular ou revogar a licitação, desde que tenha a concordância dos participantes.

31. São tidas como cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que

- (A) não guardam relação com o seu objeto principal, nem com a licitação que o precedeu.
- (B) dão à Administração poderes excepcionais, permitindo-lhe executar o contrato à margem de qualquer parâmetro de legalidade.
- (C) permitem ao particular ou à Administração suspender a execução do contrato nos momentos previstos, por sua vontade exclusiva.
- (D) conferem determinadas prerrogativas à Administração, para adequá-los ao regime jurídico de direito público.
- (E) são resultado do poder da Administração de alterar unilateralmente as condições contratuais.

<p>32. Convocado para assinar o termo de contrato administrativo, o particular não comparece na data designada. Posteriormente, apresenta justificativa plausível para o seu não comparecimento e pede a designação de nova data. O particular</p> <p>(A) tem direito à nova oportunidade, se sua justificativa for aceita pela autoridade competente.</p> <p>(B) tem direito à nova oportunidade, em razão de já lhe ter sido adjudicado o objeto da licitação, em caráter definitivo.</p> <p>(C) não tem direito à nova oportunidade e lhe deverão ser aplicadas as sanções previstas no edital.</p> <p>(D) não tem direito à nova oportunidade, mas não deverá receber sanções, em razão da plausibilidade da justificativa.</p> <p>(E) não tem direito à nova oportunidade e está sujeito à aplicação de sanções, inclusive penais, por apreciação discricionária da autoridade administrativa.</p>	<p>37. O afastamento temporário de servidor público do Estado do Maranhão acusado da prática de falta funcional</p> <p>(A) pode ser decretado por no máximo 90 (noventa) dias, a critério da comissão processante.</p> <p>(B) somente é cabível após a aplicação de penalidade, enquanto tramitar recurso administrativo.</p> <p>(C) não tem prejuízos para a contagem de tempo de serviço do servidor, qualquer que seja o resultado do processo.</p> <p>(D) implica a imediata cessação do pagamento da remuneração do servidor afastado.</p> <p>(E) tem como pressuposto o risco de que o acusado influa indevidamente na apuração de responsabilidades.</p>
<p>33. A compra de bens imóveis pela Administração</p> <p>(A) depende de licitação, na modalidade de concorrência.</p> <p>(B) depende de licitação, na modalidade de tomada de preços ou concorrência, conforme o valor.</p> <p>(C) depende de licitação, na modalidade de concorrência, sujeita a prévia autorização legislativa.</p> <p>(D) depende de licitação, na modalidade de tomada de preços ou concorrência, conforme a determinação constante de autorização legislativa.</p> <p>(E) não depende de licitação, mas está sujeita a prévia autorização legislativa.</p>	<p>38. Empresa pública municipal pode executar serviço público local de gás canalizado</p> <p>(A) mediante concessão do Estado titular do serviço público.</p> <p>(B) mediante concessão da União Federal.</p> <p>(C) mediante concessão do Município que a instituiu.</p> <p>(D) independentemente de concessão, em condições de isonomia com qualquer outro particular.</p> <p>(E) independentemente de concessão, mas após ser considerada vitoriosa em procedimento de licitação.</p>
<p>34. Servidor público do Estado do Maranhão encontrava-se em disponibilidade e foi convocado para aproveitamento em novo cargo. Foi constatado, porém, que era portador de moléstia que o incapacitava para o desempenho de quaisquer outras novas funções. Nesse caso, o servidor deverá ser</p> <p>(A) cassado.</p> <p>(B) demitido.</p> <p>(C) exonerado.</p> <p>(D) aposentado.</p> <p>(E) reintegrado.</p>	<p>39. É evento que implica a intervenção do Poder Concedente na concessão a</p> <p>(A) transferência de controle acionário da sociedade concessionária.</p> <p>(B) inadequada prestação do serviço pela concessionária.</p> <p>(C) frustração de garantias contratualmente oferecidas pela concessionária.</p> <p>(D) necessidade de alterar cláusulas contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(E) intenção do Poder Concedente de retomar a execução da prestação do serviço público, por mera conveniência.</p>
<p>35. Servidor público do Estado do Maranhão ocupante de cargo em comissão e titular de cargo efetivo NÃO poderá ser beneficiário de licença</p> <p>(A) para tratamento de saúde.</p> <p>(B) para serviço militar.</p> <p>(C) por motivo de doença em pessoa da família.</p> <p>(D) por motivo de acidente em serviço.</p> <p>(E) gestante, adotante ou paternidade.</p>	<p>40. A sanção de suspensão dos direitos políticos é aplicável aos atos de improbidade administrativa que</p> <p>(A) importam enriquecimento ilícito, apenas.</p> <p>(B) causam prejuízo ao erário, apenas.</p> <p>(C) atentam contra os princípios da administração pública, apenas.</p> <p>(D) importam enriquecimento ilícito e que causam prejuízo ao erário, apenas.</p> <p>(E) importam enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário ou que atentam contra os princípios de administração pública.</p>

**DIREITO FINANCEIRO**

41. No setor governamental, empenhar uma despesa significa que
- (A) o gasto já se encontra habilitado para pagamento do fornecedor.
  - (B) o fornecedor de materiais, serviços ou obras realizou, de fato, o pactuado em contrato ou na Nota de empenho.
  - (C) a Contabilidade retirou da pertinente dotação orçamentária o valor previsto para a despesa.
  - (D) a Contabilidade atestou ter o fornecedor adimplido suas obrigações contratuais relativas à despesa.
  - (E) o Controle Interno comprovou ter a despesa superado a fase da liquidação.

42. Em Contabilidade Pública, Restos a Pagar é
- (A) a despesa regularmente empenhada, mas não paga até o término do exercício financeiro.
  - (B) a obrigação de despesa assumida nos oito últimos meses dos mandatos.
  - (C) a despesa regularmente liquidada, mas não empenhada até 31 de dezembro.
  - (D) a despesa formalmente liquidada, pronta para o respectivo desembolso da Administração.
  - (E) o gasto assumido nos dois últimos quadrimestres dos mandatos, ainda que não empenhado.

43. A dívida fluante é integrada pelas seguintes contas contábeis:
- (A) empréstimos e financiamentos contraídos mediante emissão de títulos públicos.
  - (B) empréstimos e financiamentos contraídos a taxas flutuantes de mercado.
  - (C) Restos a Pagar, quer processados ou não-processados.
  - (D) Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos e Débitos de Tesouraria.
  - (E) Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária.

44. Distingue-se a despesa corrente da despesa de capital porque a primeira
- (A) visa o engrandecimento do patrimônio público, enquanto a segunda busca operar e manter os serviços já instalados na Administração Pública ou em entidades que desta recebam subvenções ou auxílios.
  - (B) visa à operação e manutenção dos serviços instalados somente na Administração Pública e a segunda busca a aquisição de produtos oferecidos no mercado de capital.
  - (C) objetiva custear atividades e projetos desenvolvidos pelas entidades governamentais; enquanto que a segunda tem em mira o incremento do patrimônio governamental.
  - (D) visa os rendimentos financeiros de curto prazo e a segunda almeja os rendimentos financeiros de longo prazo.
  - (E) financia gastos de custeio das entidades que cooperam com a Administração; a segunda suporta os investimentos dessas mesmas pessoas jurídicas.

45. A Lei nº 4.320, de 1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinam a realização da programação financeira para que
- (A) não se desperdice dinheiro público, garantindo, assim, eficiência ao constitucional princípio da economicidade.
  - (B) se maximize os rendimentos das disponibilidades de caixa, mediante eficiente aplicação no mercado financeiro.
  - (C) se preserve o equilíbrio entre receitas coletadas e despesas compromissadas (empenhadas).
  - (D) as unidades com dotação orçamentária disponham sempre de dinheiros necessários à execução de sua programação operacional.
  - (E) se mantenha o equilíbrio entre receitas arrecadadas e despesas aptas ao pagamento (realizadas), sendo que, adicionalmente, as unidades orçamentárias disporão de recursos suficientes à operação de seus programas de trabalho.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 2000, o ente federado que não institui ou arrecada imposto de sua atribuição constitucional sujeita-se a
- (A) corte na transferência dos impostos constitucionalmente partilhados.
  - (B) impedimento de celebrar qualquer tipo de operação de crédito.
  - (C) aumento necessário do superávit primário e, com ele, pagar maior quantidade de dívida.
  - (D) impedimento de receber transferência voluntária de outro ente da Federação.
  - (E) impedimento de receber qualquer transferência de outra entidade política da Nação, seja de índole constitucional ou voluntária.

47. No curso da execução orçamentária, quando a receita bimestral comporta-se abaixo do previsto na lei de orçamento, obrigatoriamente, a Fazenda Pública
- (A) limitará o empenho e a movimentação financeira, por Poder estatal, desde que o declínio comprometa as metas fiscais propostas na lei de diretrizes orçamentárias.
  - (B) enviará projeto de lei a fim de que o Parlamento autorize o contingenciamento de dotações orçamentárias.
  - (C) limitará o empenho e a movimentação financeira, mesmo que a queda de receita não esteja a comprometer as metas fiscais anteriormente propostas.
  - (D) fará inversão na ordem cronológica de pagamentos.
  - (E) cortará despesas de pessoal, para que, até o fim do exercício financeiro, se alcance o equilíbrio entre receitas e despesas.

<p>48. Segundo a Constituição Federal, é teor básico da Lei de Diretrizes Orçamentárias:</p> <p>(A) diretrizes e objetivos para as despesas de capital e as delas decorrentes, bem assim para os programas de duração continuada.</p> <p>(B) metas e prioridades da Administração; subsídios para elaborar o orçamento anual; alterações na legislação tributária; estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; modificações na política de pessoal.</p> <p>(C) orçamento fiscal; orçamento de investimento das empresas estatais e orçamento de seguridade social.</p> <p>(D) metas e prioridades da Administração; subsídios para elaboração do orçamento-programa anual; alterações na legislação tributária.</p> <p>(E) todos os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.</p>	<p>52. Na Contabilidade Pública do Brasil, receitas e despesas submetem-se a qual regime de escrituração?</p> <p>(A) Receitas e despesas segundo o regime de competência.</p> <p>(B) Receitas e despesas segundo o regime de caixa.</p> <p>(C) Receitas segundo o regime de caixa; despesas conforme o regime de competência.</p> <p>(D) Receitas segundo o regime de competência; despesas conforme o regime de caixa.</p> <p>(E) Receitas e despesas conforme o regime de adiantamento.</p>
<p>49. Por força constitucional, as operações de crédito não devem exceder</p> <p>(A) os investimentos previstos no Plano Plurianual.</p> <p>(B) o valor previsto, na lei orçamentária anual, para gastos de operação da máquina governamental.</p> <p>(C) a receita de alienação de bens móveis e imóveis.</p> <p>(D) a capacidade de o ente da Federação quitar, no futuro, os empréstimos ou financiamentos.</p> <p>(E) o montante previsto para despesas de capital, a menos que o Poder Legislativo, por maioria absoluta, autorize excepcional utilização em gastos correntes.</p>	<p>53. Determinado Estado precisou abrir crédito não previsto na lei orçamentária. Tal crédito é legalmente designado como</p> <p>(A) orçamentário.</p> <p>(B) adicional suplementar.</p> <p>(C) adicional extraordinário.</p> <p>(D) adicional especial.</p> <p>(E) extra-orçamentário.</p>
<p>50. No caso do Município e sob o princípio orçamentário da não-afetação de receita, os impostos não devem se vincular a órgão, fundo ou despesa, exceto quando sua aplicação financie</p> <p>(A) exclusivamente a Educação e a Saúde.</p> <p>(B) a Educação; a Saúde; as garantias às operações de crédito por antecipação da receita (ARO) e o pagamento de débitos junto à União.</p> <p>(C) a Educação e os programas de assistência à criança e ao adolescente.</p> <p>(D) as garantias a empréstimos realizados pelo Governo Federal.</p> <p>(E) os programas de renda mínima.</p>	<p>54. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e em função da receita corrente líquida, a despesa de pessoal do Município é repartida entre os Poderes de acordo com os seguintes percentuais: para o Poder Executivo</p> <p>(A) 50% e 10% para o Poder Legislativo.</p> <p>(B) 54% e 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas quando houver.</p> <p>(C) 54% e 3% para o Poder Legislativo e 3% para o Ministério Público.</p> <p>(D) 52% e 8% para o Poder Legislativo.</p> <p>(E) 60%, nele incluído a Câmara de Vereadores.</p>
<p>51. Em cada ente da Federação, o Poder Executivo é o único responsável pela arrecadação de receitas, devendo parte disso ser distribuído entre os demais Poderes e o Ministério Público. Todo mês esse repasse deve acontecer até o dia</p> <p>(A) 05.</p> <p>(B) 10.</p> <p>(C) 18.</p> <p>(D) 20.</p> <p>(E) 25.</p>	<p>55. A teor da classificação funcional-programática, a despesa pública é tipificada em</p> <p>(A) função, subfunção, programa, atividade ou projeto ou operações especiais.</p> <p>(B) função, programa, subprograma, atividade ou projeto.</p> <p>(C) despesa corrente ou despesa de capital.</p> <p>(D) função, subfunção, programa, elemento de despesa.</p> <p>(E) programa, subfunção, categoria corrente ou de capital.</p> <p>56. Segundo a Lei nº 4.320, de 1964, a Contabilidade Pública deverá necessariamente produzir</p> <p>(A) o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício.</p> <p>(B) a demonstração de lucros e perdas e a demonstração analítica de receitas e despesas.</p> <p>(C) o balanço orçamentário e a demonstração de resultados do exercício.</p> <p>(D) os balanços orçamentário, financeiro e econômico.</p> <p>(E) os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, bem como a demonstração das variações patrimoniais.</p>

57. O parlamentar que emenda a lei orçamentária deve sempre indicar os recursos necessários, admitidos somente os gerados com a anulação de despesa. Nesse contexto, nunca pode ser oferecido como fonte de amparo os gastos de

(A) pessoal e seus reflexos, de serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais a outros entes da Federação.

(B) transferências tributárias constitucionais a outros entes da Federação, apenas.

(C) investimentos e de transferências voluntárias a outros entes da Federação.

(D) pessoal e seus reflexos, de serviço da dívida, apenas.

(E) serviços de terceiros e de subvenções a organizações não governamentais.

58. Dívida pública mobiliária

(A) são os débitos contraídos em virtude da compra de bens móveis.

(B) são os empréstimos e financiamentos assumidos contratualmente com instituições de crédito.

(C) são os débitos contraídos em face da colocação de títulos públicos no mercado financeiro.

(D) tem a ver com o financiamento ensejado por Restos a Pagar.

(E) são os débitos assumidos com instituições financeiras internacionais.

59. O regime de adiantamento da despesa é vedado quando seu responsável é servidor

(A) que ocupa exclusivamente cargo em comissão.

(B) em alcance ou que responde por dois adiantamentos.

(C) não lotado em áreas administrativas.

(D) contratado por tempo determinado.

(E) de carreira típica de Estado.

60. Matéria estranha, inserida na lei de orçamento, contraria o princípio orçamentário

(A) do orçamento bruto.

(B) da anualidade.

(C) da universalidade,

(D) da unidade.

(E) da exclusividade.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

61. Considere as afirmações:

I. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

II. É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

III. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir taxas, dentre outros, sobre os templos de qualquer culto, serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

Conclui-se que SOMENTE está correto o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

62. No que diz respeito aos sujeitos da obrigação tributária, é certo que

(A) a delegação das atribuições de arrecadação ou fiscalização de tributos implica em transferência da condição de sujeito ativo.

(B) na hipótese principal, o sujeito passivo pode ser apenas o contribuinte.

(C) as pessoas jurídicas de direito público e privado e as pessoas físicas podem figurar como sujeito ativo.

(D) em se tratando de obrigação acessória, o sujeito passivo tanto pode ser um contribuinte como um terceiro.

(E) a vinculação do sujeito passivo indireto com o fato tributável não poderá dar-se por transferência ou substituição.

63. Não estão obrigados a prestar às autoridades administrativas todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios, ou atividades de terceiros, no exercício de suas funções próprias, ainda que mediante intimação escrita, os

(A) inventariantes.

(B) leiloeiros oficiais.

(C) advogados.

(D) liquidatários.

(E) síndicos da massa falida.

64. Da leitura do texto constitucional se depreende que NÃO se aplica ao ICMS o princípio da

(A) seletividade das alíquotas.

(B) não-cumulatividade.

(C) legalidade.

(D) capacidade contributiva.

(E) progressividade das alíquotas.

<p>65. O crédito tributário relativo a determinado período e apurado através de lançamento por homologação</p> <p>(A) está sujeito ao prazo prescricional, se não for adimplido.</p> <p>(B) somente pode ser exigido, na hipótese de inadimplimento, mediante lavratura de auto de infração pela autoridade administrativa.</p> <p>(C) não se considera extinto somente em função do pagamento feito antecipadamente pelo contribuinte.</p> <p>(D) não comporta revisão do lançamento por ato da autoridade administrativa.</p> <p>(E) comporta impugnação do sujeito passivo.</p>	<p>69. A empresa X Ltda. celebrou contrato com a empresa Y Ltda., pelo qual se obrigou a realizar operações de venda de bens fabricados por esta última. As operações de venda seriam realizadas junto aos clientes em nome de X e por conta de Y. Não foi estipulada em contrato a chamada cláusula <i>del credere</i>. De acordo com essa fórmula de contratação, em caso de insolvência dos clientes, a empresa Y Ltda.</p> <p>(A) teria o direito de reclamar de X todos os valores que deixaram de ser pagos pelo cliente final, tendo em vista que X, na qualidade de concessionária autorizada para a revenda dos produtos de Y, deve responder solidariamente com os seus clientes.</p> <p>(B) teria o direito de exigir de X a parcela relativa aos custos de produção das mercadorias, excluindo-se, no entanto, o lucro que seria obtido em cada operação.</p> <p>(C) não teria, como regra, o direito de reclamar a dívida junto à empresa X, porque esta, na qualidade de comissária, não responde pela insolvência das pessoas com quem tratar.</p> <p>(D) não teria o direito de reclamar a dívida junto à empresa X, porque, nos contratos de representação comercial, o representante não responde pela insolvência dos clientes, exceto se ajustada previamente a cláusula <i>del credere</i>.</p> <p>(E) não teria o direito de reclamar a dívida junto à empresa X, porque, após a entrega da mercadoria, o único vínculo jurídico que subsiste é o contrato de compra e venda entre a empresa Y e o cliente final.</p>
<p>66. Aos Municípios, Estados e União, respectivamente, competem instituir impostos, dentre outros, sobre</p> <p>(A) transmissão <i>causa mortis</i>; transmissão <i>inter vivos</i>; e operações de crédito, câmbio e seguros.</p> <p>(B) territorial rural; serviços de qualquer natureza; e propriedade de veículos automotores.</p> <p>(C) transmissão <i>inter vivos</i>; transmissão <i>causa mortis</i>; e territorial rural.</p> <p>(D) serviços de qualquer natureza; propriedade de veículos automotores; e transmissão <i>causa mortis</i>.</p> <p>(E) operações de crédito, câmbio e seguros; territorial rural; e operações relativas à circulação de mercadorias.</p>	<p>70. Na sociedade limitada, cujo contrato social é omissivo em relação à disciplina da alienação das quotas sociais, o sócio</p> <p>(A) pode ceder as suas quotas, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de anuência dos outros.</p> <p>(B) não pode ceder as suas quotas a estranhos ou a outros membros da sociedade, sendo-lhe permitido retirar-se da sociedade apenas nas hipóteses em que a lei lhe confere o chamado direito de recesso.</p> <p>(C) pode ceder as suas quotas a terceiros, estranhos ao quadro social, desde que haja anuência de sócios representando pelo menos 1/3 do capital social.</p> <p>(D) somente pode retirar-se da sociedade através de processo de dissolução judicial, em que demonstre a perda da <i>affectio societatis</i>.</p> <p>(E) pode ceder as suas quotas a terceiros, bastando que conceda direito de preferência aos demais sócios.</p>
<p>67. É INCORRETA a afirmação de que na ação declaratória em matéria tributária,</p> <p>(A) a coisa julgada alcança o futuro, nas relações jurídicas continuativas.</p> <p>(B) se tem por objeto anular o procedimento administrativo de lançamento.</p> <p>(C) o reconhecimento da existência ou da inexistência da relação jurídica constitui a própria decisão judicial.</p> <p>(D) tem lugar o processo de conhecimento e segue o rito ordinário.</p> <p>(E) é cabível sua proposição contra a Fazenda por iniciativa do contribuinte ou responsável.</p>	<p>71. Sociedades que NÃO estão sujeitas ao regime falimentar previsto na Lei nº 11.101/05:</p> <p>(A) cooperativas de consumo e companhias privadas concessionárias de serviço público.</p> <p>(B) companhias prestadoras de serviços médico-hospitalares e sociedades prestadoras de serviços educacionais.</p> <p>(C) fundações públicas e companhias privadas concessionárias de transporte.</p> <p>(D) sociedades de arrendamento mercantil e sociedades administradoras de cartões de crédito.</p> <p>(E) empresas públicas e sociedades de economia mista.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO COMERCIAL</b></p> <p>68. De acordo com a Lei nº 6.404/76, a publicação das demonstrações financeiras das sociedades anônimas fechadas</p> <p>(A) deverá ser realizada apenas nos exercícios em que a companhia tiver experimentado prejuízos.</p> <p>(B) constitui pressuposto indispensável para a instalação de assembléia geral extraordinária destinada a aprovar os pareceres do conselho fiscal.</p> <p>(C) deverá ser realizada necessariamente no prazo máximo de 30 dias após a publicação da ata da assembléia geral ordinária.</p> <p>(D) poderá ser dispensada nas companhias com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).</p> <p>(E) isenta os administradores de qualquer responsabilidade relacionada a gestão financeira da companhia.</p>	

72. Antonio pagou uma dívida com Benedito através de cheque, com a cláusula “sem despesas”. Benedito, por sua vez, endossou o cheque a Caio, em pagamento de outra dívida. Caio, no entanto, deixou de apresentar o cheque ao banco sacado dentro do prazo legal de apresentação. Entrementes, Antonio, por sua livre e espontânea vontade, sacou todo o dinheiro junto ao banco, encerrando a sua conta corrente. Para obter a satisfação do valor mencionado no cheque, Caio
- (A) poderá promover ação de execução em face de Benedito, mesmo sem realizar o protesto do título, uma vez que o cheque foi emitido com a cláusula sem despesas.
- (B) não poderá promover ação de execução em face de Benedito, mas poderá demandar o emitente Antonio, caso não tenha se esgotado o prazo prescricional respectivo.
- (C) poderá promover ação de execução tanto em face de Benedito, como de Antonio, desde que efetue o protesto do título no cartório competente, arcando com as despesas respectivas.
- (D) não terá qualquer ação contra Antonio, devendo promover ação de indenização em face exclusivamente de Benedito.
- (E) somente poderá demandar o banco sacado por ter autorizado o encerramento da conta corrente de Antonio, sem a compensação de todos os cheques em poder do correntista.

**DIREITO PENAL**

73. Tendo em vista a teoria da equivalência dos antecedentes causais, ou da *conditio sine qua non*, considerando como causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, observe o que segue:
- I. Carlos ferido gravemente por Pedro foi socorrido em hospital, mas veio a falecer em incêndio ocorrido, logo depois, nas dependências desse local.
- II. Ana ferida levemente por José foi socorrida em hospital, onde veio a falecer por complicações de imprescindível cirurgia.
- Nesses casos,
- (A) exclui-se a imputação a ambos Carlos e Ana.
- (B) não se exclui a imputação a Carlos, mas se exclui a imputação a Ana.
- (C) exclui-se a imputação a Carlos, mas não se exclui a imputação a Ana.
- (D) não se exclui a imputação a ambos Carlos e Ana.
- (E) a responsabilidade é exclusiva do hospital, por omissão ou imperícia, em relação ao paciente.

74. Ada, por questões passionais, arma-se com um punhal e mata Maria, pensando tratar-se de Rosa, sua rival em relação a Pedro. Nesse caso, ocorreu
- (A) resultado diverso do pretendido (*aberratio delicti*).
- (B) erro sobre o objeto (*error in objecto*).
- (C) erro na execução (*aberratio ictus*).
- (D) erro sobre a pessoa (*error in persona*).
- (E) resultado aparente do tipo (*error in substantia*).

75. Ulisses, comerciante, representou por ato de improbidade administrativa, consistente em realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares, contra Caio, servidor público, e também contra José como beneficiário, este funcionário de uma autarquia, sabendo que ambos eram inocentes. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) o delito se consumou com a mera representação à autoridade administrativa.
- (B) o denunciante, por estar sujeito à pena de detenção e multa, ficará isento de indenização na esfera cível.
- (C) o sujeito ativo só pode ser o servidor público em razão de seu dever de ofício.
- (D) o sujeito passivo é o agente público e o beneficiário, excluindo-se o Estado e o respectivo órgão público.
- (E) o tipo legal é de natureza dolosa, mas em certas situações admite expressamente a forma culposa.

76. Dentre outros, constitui crime de responsabilidade fiscal face às finanças públicas, quem
- (A) ordena ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos duzentos e quarenta dias anteriores ao final do mandato.
- (B) autoriza a colocar no mercado financeiro títulos de dívida pública sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia.
- (C) promove o cancelamento de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei ou regulamento.
- (D) ordena operação de crédito interno ou externo, com autorização legislativa, mas sem prévio acordo da instituição financeira.
- (E) presta garantia em operação de crédito com a constituição de contragarantia em valor igual ao valor da garantia prestada.

77. Em matéria de crimes de responsabilidade para os fins da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, está previsto o crime de estorno de verbas. Trata-se de um crime contra
- (A) a segurança interna do Estado.
- (B) a probidade na administração.
- (C) a guarda de dinheiros públicos.
- (D) o exercício dos direitos políticos.
- (E) a lei orçamentária.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

78. No que se refere a situação do assistente do Ministério Público é INCORRETO afirmar que
- (A) o co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente da acusação.
- (B) o assistente não pode aditar a denúncia, mas poderá aditar o libelo acusatório.
- (C) não tem cabimento a pluralidade de assistentes de acusação no mesmo processo.
- (D) não pode o assistente habilitar-se no processo antes do recebimento da denúncia.
- (E) o prazo para recorrer, supletivamente, começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.

79. Em matéria de condições genéricas e específicas da ação penal considere:

- I. Se a ação penal pública for condicionada, dependerá de representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.
- II. A possibilidade jurídica do pedido diz respeito à tipicidade do fato.
- III. O legítimo interesse de agir refere-se à titularidade da ação, pois só o seu titular pode propô-la.
- IV. O legítimo interesse para agir (*ad causam*) consiste em que ninguém poderá provocar a atuação do Estado se não tiver interesse na punição.

Nesses casos, são corretos SOMENTE

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

80. Dentre outros, são requisitos formais e processuais da sentença penal condenatória, respectivamente, a

- (A) deliberação se a sentença poderá ser publicada em resumo; e a exposição.
- (B) duração das penas acessórias, ainda que previstas em leis especiais; e o relatório.
- (C) declaração, se presente, da periculosidade real com imposição de medida de segurança; e os efeitos da condenação.
- (D) motivação; e a menção das circunstâncias agravantes e atenuantes, inclusive a de outras circunstâncias apuradas.
- (E) determinação se a sentença deverá ser publicada na íntegra; e os efeitos da condenação.

81. No processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é certo que,

- (A) se não for conhecido o endereço do acusado, ou estiver fora da jurisdição, será declarada, de plano, sua revelia.
- (B) a matéria refere-se aos crimes afiançáveis, ou não, praticados por funcionários públicos contra a administração, previstos nos dispositivos penais.
- (C) se o juiz julgar procedente a resposta preliminar, receberá a denúncia ou a queixa e designará a data para instrução e julgamento.
- (D) o co-autor ou partícipe não funcionário também gozam do direito de resposta preliminar, excluindo a defesa prévia do procedimento ordinário.
- (E) a característica do procedimento é a resposta preliminar que o acusado, devidamente notificado, pode apresentar em 15 (quinze) dias da notificação.

82. Em sede recursal considere:

- I. Helena foi absolvida sumariamente em crime de competência do Tribunal do Júri.
- II. Caio, submetido ao Júri, foi condenado à pena de 21 (vinte e um) anos de reclusão pela prática de homicídio triplamente qualificado.

Nesses casos, cabem, respectivamente, os recursos que seguem:

- (A) apelação e em sentido estrito.
- (B) protesto por novo júri e apelação.
- (C) em sentido estrito e protesto por novo júri.
- (D) carta testemunhável e em sentido estrito.
- (E) apelação e *habeas corpus*.

**DIREITO CIVIL**

83. Conforme a Lei de Introdução ao Código Civil, considere as seguintes assertivas:

- I. A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, independentemente de ser a lei pessoal do *de cuius* mais favorável.
- II. Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.
- III. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

84. Com relação ao mandato é correto afirmar que

- (A) ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- (B) o mandato em termos gerais confere poderes de administração, inclusive para alienar, hipotecar ou transigir.
- (C) o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- (D) tendo o mandatário conhecimento da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, não poderá, em nenhuma hipótese, começar ou concluir negócio já começado.
- (E) quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral a renovação do mandato será eficaz, porém, responderá o mandante por perdas e danos.

<p>85. Prescreve em 1 (um) ano a pretensão</p> <p>(A) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contando o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.</p> <p>(B) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.</p> <p>(C) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.</p> <p>(D) do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.</p> <p>(E) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b></p> <p>88. Na ação em que o litígio recai sobre o direito de propriedade de um imóvel</p> <p>(A) pode o autor optar pelo foro de eleição.</p> <p>(B) pode o autor optar pelo foro do domicílio do réu.</p> <p>(C) é absoluta a competência do foro da situação da coisa.</p> <p>(D) a competência do foro da situação da coisa pode ser modificada pela conexão.</p> <p>(E) a competência do foro da situação da coisa pode ser modificada pela continência.</p>
<p>86. Segundo o Código Civil é anulável o negócio jurídico</p> <p>(A) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.</p> <p>(B) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.</p> <p>(C) celebrado por pessoa absolutamente incapaz não representada.</p> <p>(D) por vício resultante de dolo, coação, estado de perigo ou lesão.</p> <p>(E) quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.</p>	<p>89. Com relação ao agravo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, não caberá agravo na modalidade retida.</p> <p>(B) O agravo retido depende de preparo, devendo a parte recorrente providenciar o recolhimento das custas no prazo legal sob pena de deserção.</p> <p>(C) Se conhecerá do agravo retido mesmo que a parte não tenha requerido expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.</p> <p>(D) Interposto o agravo retido e ouvido o agravado no prazo de 10 (dez) dias, o juiz não poderá mais reformar sua decisão.</p> <p>(E) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento não caberá agravo retido.</p>
<p>87. A respeito da responsabilidade civil, segundo o Código Civil Brasileiro é correto afirmar que</p> <p>(A) havendo usurpação ou esbulho do alheio, a indenização será restrita a restituição da coisa e ao valor das suas deteriorações, não sendo devidos lucros cessantes por expressa determinação legal.</p> <p>(B) ressalvados outros casos previstos em lei especial, as empresas não respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.</p> <p>(C) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.</p> <p>(D) a responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.</p> <p>(E) são responsáveis pela reparação cível, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ainda que não haja culpa de sua parte (empregador ou comitente).</p>	<p>90. Considere as assertivas a respeito da prova pericial:</p> <p>I. Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado.</p> <p>II. O juiz poderá dispensar a prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.</p> <p>III. Quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, o juiz pode determinar a realização de nova perícia, que substituirá a primeira.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>

<p>91. Quanto à petição inicial, à contestação e à reconvenção, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na contestação, o ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao defensor dativo.</p> <p>(B) Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.</p> <p>(C) Depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações, ainda que relativas a direito superveniente.</p> <p>(D) Contra o indeferimento da petição inicial, o recurso cabível é o de agravo de instrumento.</p> <p>(E) A desistência da ação ou a existência de qualquer causa que a extinga obstará o prosseguimento da reconvenção.</p>	<p>94. A escolha dos membros do Tribunal de Contas do Maranhão será feita pelo Governador do Estado, segundo o seguinte critério:</p> <p>(A) três Conselheiros, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo o primeiro deles de livre escolha e os outros dois alternadamente entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.</p> <p>(B) quatro Conselheiros, sem depender da aprovação da Assembléia Legislativa, sendo os dois primeiros de livre escolha e os outros dois, alternadamente entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.</p> <p>(C) três Conselheiros, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo os dois primeiros de livre escolha e o terceiro, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.</p> <p>(D) quatro Conselheiros, sem depender da aprovação da Assembléia Legislativa, sendo o primeiro deles de livre escolha e os outros três, alternadamente entre Auditores, Procuradores do Estado e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.</p> <p>(E) quatro Conselheiros, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo os três deles de livre escolha e o quarto, alternadamente entre Auditores, Procuradores do Estado e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.</p>
<p>92. Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor foi citado para, no prazo de 24 horas, pagar ou nomear bens à penhora. O devedor possui os seguintes bens passíveis de nomeação à penhora:</p> <p>I. Automóvel.</p> <p>II. Terreno.</p> <p>III. Barra de ouro.</p> <p>IV. Aeronave.</p> <p>V. Cabeças de gado.</p> <p>A ordem legal a ser observada dentre os referidos bens é</p> <p>(A) II, IV, III, I e V.</p> <p>(B) II, V, III, I e IV.</p> <p>(C) III, I, V, II e IV.</p> <p>(D) III, II, IV, I e V.</p> <p>(E) IV, II, III, V e I.</p>	<p>95. Compete julgar mandado de segurança, originariamente,</p> <p>(A) ao Supremo Tribunal Federal, exclusivamente contra atos do Presidente do Tribunal de Contas da União; aos Tribunais Regionais Federais, contra os demais atos do Tribunal de Contas da União; ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, exclusivamente contra atos do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; e aos Juizes de Direito, singularmente, contra os demais atos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p> <p>(B) ao Superior Tribunal de Justiça, contra atos do Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, contra atos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p> <p>(C) ao Supremo Tribunal Federal, exclusivamente contra atos do Presidente do Tribunal de Contas da União; ao Superior Tribunal de Justiça, contra os demais atos do Tribunal de Contas da União; e ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, contra atos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p> <p>(D) ao Supremo Tribunal Federal, exclusivamente contra atos do Presidente do Tribunal de Contas da União; ao Superior Tribunal de Justiça, contra os demais atos do Tribunal de Contas da União; ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, exclusivamente contra atos do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; e aos Juizes de Direito, singularmente, contra os demais atos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p> <p>(E) ao Supremo Tribunal Federal, contra atos do Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, contra atos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p>
<p style="text-align: center;"><b>CONTROLE EXTERNO</b></p> <p>93. A apreciação das contas anuais do chefe do Poder Executivo Municipal, realizada pelo Tribunal de Contas, mediante parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão</p> <p>(A) da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores do respectivo Município.</p> <p>(B) da metade dos membros da Câmara de Vereadores do respectivo Município.</p> <p>(C) da metade dos membros presentes na sessão deliberativa da Câmara de Vereadores do respectivo Município.</p> <p>(D) de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores do respectivo Município.</p> <p>(E) de dois terços dos membros presentes na sessão deliberativa da Câmara de Vereadores do respectivo Município.</p>	

<p>96. Acerca de controle externo, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) em caso de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão poderá adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.</p> <p>(B) a aplicação de multa em processo de fiscalização implicará prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada.</p> <p>(C) constatadas irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, sempre que este, por maioria absoluta de seus membros, considerar grave a infração cometida, o responsável ficará inabilitado, por um período que variará de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública estadual ou municipal.</p> <p>(D) verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública estadual ou municipal.</p> <p>(E) o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão poderá solicitar, por intermédio do Ministério Público, à Procuradoria-Geral do Estado, à Procuradoria do Município ou, conforme o caso, aos dirigentes das entidades que lhe sejam jurisdicionadas, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, devendo ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e sua restituição.</p>	<p>98. O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas estadual, mediante parecer prévio, no tocante às contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, são de natureza</p> <p>(A) preventiva e vinculante.</p> <p>(B) preventiva e opinativa.</p> <p>(C) <i>a posteriori</i> e vinculante.</p> <p>(D) <i>a posteriori</i> e opinativa.</p> <p>(E) concomitante e vinculante.</p>
<p>97. Considere, hipoteticamente, a seguinte situação fático-jurídica: a Administração Pública aposenta servidor ocupante de cargo de provimento efetivo por considerar preenchidos os requisitos constitucionais para a respectiva aposentação. Submetido o ato de inativação ao controle do Tribunal de Contas, este procede ao seu registro. Todavia, decorrido um ano da concessão do registro, a Administração Pública constata o não-preenchimento de um dos requisitos vinculantes utilizados para o deferimento da referida aposentadoria. Diante de tal fato, a Administração Pública deve</p> <p>(A) anular o ato de aposentação, no exercício de seu poder de autotutela, suspendendo-se, de imediato, o pagamento dos respectivos proventos.</p> <p>(B) não adotar qualquer providência, porquanto já registrado o ato de aposentação pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) anular o ato de aposentação, que, entretanto, não produzirá efeitos antes de aprovada, a anulação, pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) sustar, de imediato, os efeitos do ato de aposentação, e requerer, em seguida, ao Tribunal de Contas, que anule o respectivo registro.</p> <p>(E) submeter a questão ao Ministério Público comum, ficando excluída a reapreciação da matéria pelo Tribunal de Contas, haja vista a existência de registro do ato de aposentação.</p>	<p>99. Acerca do controle externo dos Municípios, é correto afirmar que</p> <p>(A) quaisquer Municípios podem instituir Tribunal de Contas próprio.</p> <p>(B) os Municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte possuem Tribunal de Contas (municipal) próprio.</p> <p>(C) a Constituição Federal impõe que os Estados apenas possam ter um único Tribunal de Contas que, cumulativamente, exercerá o controle externo das Administrações estadual e municipais.</p> <p>(D) a União poderá ter dois Tribunais de Contas: um competente para exercer o controle da Administração federal e outro para apreciação das matérias relativas às Administrações municipais.</p> <p>(E) a Constituição Federal não veda que os Estados possam ter dois Tribunais de Contas estaduais: um competente para exercer o controle de sua própria Administração (estadual) e outro para apreciação das matérias relativas às Administrações municipais.</p> <p>100. Insere-se no rol das competências institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão apreciar a constitucionalidade</p> <p>(A) das leis e dos atos dos Poderes Públicos estadual e municipais.</p> <p>(B) das leis dos Poderes Públicos estadual e municipais, sendo-lhe vedado apreciar a constitucionalidade dos atos desses Poderes.</p> <p>(C) dos atos dos Poderes Públicos estadual e municipais, sendo-lhe vedado apreciar a constitucionalidade das leis desses Poderes.</p> <p>(D) das leis e dos atos dos Poderes Públicos municipais, sendo-lhe vedado apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público estadual.</p> <p>(E) das leis e dos atos do Poder Público estadual, sendo-lhe vedado apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos dos Poderes Públicos municipais.</p>

<p>101. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação do respectivo Relatório de Gestão Fiscal, via de regra de periodicidade quadrimestral, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico. Sua não-divulgação ou seu não-envio ao Tribunal de Contas, nos prazos e condições estabelecidos na lei, sujeita o ente da Federação, dentre outras, à sanção de impedimento, até que a situação seja regularizada, de</p> <p>(A) contratar operações de crédito destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.</p> <p>(B) conceder aposentadorias a seus servidores públicos.</p> <p>(C) receber transferências voluntárias.</p> <p>(D) dar início a novos procedimentos licitatórios.</p> <p>(E) desapropriar imóveis urbanos.</p>	<p>104. Quanto aos atos e contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) estão sujeitos ao controle externo do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) detectada ilegalidade em ato ou contrato administrativo, será assinado prazo, pelo Tribunal de Contas, para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.</p> <p>(C) detectada ilegalidade em ato ou contrato administrativo, caso o responsável não adote as providências cabíveis para a sua devida regularização no prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas, este poderá aplicar multa.</p> <p>(D) detectada ilegalidade em contrato administrativo, caso o responsável não adote as providências cabíveis para a devida regularização no prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas, este poderá, imediatamente, sustar sua execução.</p> <p>(E) detectada ilegalidade em ato administrativo, caso o responsável não adote as providências cabíveis para a devida regularização no prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas, este poderá, imediatamente, sustar sua execução.</p>
<p>102. O Tribunal de Contas, ao conceder aposentadoria de servidor de seu quadro de pessoal, pratica ato</p> <p>(A) inserto em sua função atípica, não sujeito a registro pelo próprio Tribunal.</p> <p>(B) inserto em sua função atípica, sujeito a registro pelo próprio Tribunal.</p> <p>(C) inserto em sua função típica, sujeito a registro pelo próprio Tribunal.</p> <p>(D) inserto em sua função típica, não sujeito a registro pelo próprio Tribunal.</p> <p>(E) de natureza discricionária, não sujeito a registro pelo próprio Tribunal.</p>	<p>105. Com base na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, diante de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, NÃO tem legitimidade para propor consulta ao Tribunal</p> <p>(A) o Presidente de Comissão da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal.</p> <p>(B) o Chefe do Ministério Público Estadual.</p> <p>(C) a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) autoridade do Poder Executivo Estadual de nível hierárquico equivalente ao de Secretário de Estado.</p> <p>(E) o Procurador-Geral do Estado.</p>
<p>103. A Tomada de Contas Especial prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, será julgada em</p> <p>(A) processo específico, independentemente do valor do dano envolvido.</p> <p>(B) conjunto com o processo de Tomada ou Prestação de Contas Anual do administrador ou ordenador de despesas, independente do valor do dano envolvido.</p> <p>(C) processo específico, desde que o valor do dano causado ao erário seja inferior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu Regimento Interno.</p> <p>(D) processo específico, desde que o valor do dano causado ao erário seja inferior ou igual à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu Regimento Interno.</p> <p>(E) processo específico, desde que o valor do dano causado ao erário seja igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu Regimento Interno.</p>	<p>106. NÃO se inclui no rol de competências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão:</p> <p>(A) emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida por qualquer das comissões da Assembléia Legislativa ou das Câmaras Municipais a sua apreciação.</p> <p>(B) apreciar a legalidade do cálculo das quotas-parte pertencentes aos Municípios, provenientes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, arrecadadas pelo Estado, promovendo a fiscalização da entrega dos respectivos recursos.</p> <p>(C) prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou Câmaras Municipais, por qualquer de suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas, observado o princípio federativo, nos termos do regimento interno.</p> <p>(D) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente das Câmaras Municipais.</p> <p>(E) acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização realizados pela Administração Pública estadual ou municipal, compreendendo as privatizações de empresas, incluindo instituições financeiras, e as concessões, permissões e autorizações de serviço público, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal e das normas legais pertinentes.</p>

<p>107. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) é requisito para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão a comprovação de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.</p> <p>(B) o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão encaminhará à Assembléia Legislativa, quadrimestral e anualmente, relatório de suas atividades.</p> <p>(C) o auditor, quando em substituição a Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, terá os mesmos direitos e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, os de Juiz de Direito de 4ª entrância.</p> <p>(D) aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, aplicam-se os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.</p> <p>(E) aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão é vedado atuar em processo de interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau, ou de amigo íntimo ou inimigo capital, assim como em processo em que tenha funcionado como advogado, perito, representante do Ministério Público ou servidor da Secretaria do Tribunal ou do Controle Interno.</p>	<p>110. Relativamente aos recursos cabíveis no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa.</p> <p>(B) exceto nos embargos de declaração, é obrigatória a audiência do Ministério Público em todos os recursos, ainda que o recorrente tenha sido ele próprio.</p> <p>(C) o recurso de revisão, quando cabível, deverá ser interposto dentro do prazo de dois anos, improrrogável, contados da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.</p> <p>(D) cabe recurso de decisão que converter processo em tomada de contas especial.</p> <p>(E) não cabe recurso de revisão contra decisão em processo de prestação de contas anuais apresentada pelo Governador de Estado.</p>
<p>108. É correto afirmar:</p> <p>(A) com base na Constituição Federal, os Tribunais de Contas dos Estados são integrados por, no mínimo, sete Conselheiros.</p> <p>(B) as normas relativas à organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas da União contidas na Constituição Federal aplicam-se, de forma automática, aos demais Tribunais de Contas, à luz do princípio federativo.</p> <p>(C) os responsáveis pelo controle interno de quaisquer dos Poderes no âmbito do Estado do Maranhão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas estadual, sob pena de responsabilidade subsidiária.</p> <p>(D) qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.</p> <p>(E) o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão poderá aplicar multa de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada na forma da lei, aos responsáveis por contas julgadas regulares com ressalva, quando for o caso.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b></p> <p>111. São regras comuns ao Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos e ao Regime Geral de Previdência Social:</p> <p>(A) compulsoriedade de filiação, financiamento pelos entes da Federação, empregador, empregados, aposentados e pensionistas e preservação do valor real dos benefícios.</p> <p>(B) compulsoriedade de filiação, atualização dos valores de remuneração ou salário de contribuição para fins de cálculo dos benefícios e exigência do limite etário para a concessão de aposentadoria integral por tempo de contribuição.</p> <p>(C) atualização dos valores de remuneração ou salário de contribuição para fins de cálculo dos benefícios, sistema solidário de Seguridade e permissão constitucional para o estabelecimento de aposentadoria diferenciada para os professores de ensino fundamental e médio.</p> <p>(D) sistema solidário de Seguridade, proibição de contagem de tempo de serviço fictício e a concessão de abono ao segurado ou servidor que permanecer em atividade mesmo após o preenchimento dos requisitos legais para a obtenção da aposentadoria, equivalente ao valor da contribuição previdenciária devida.</p> <p>(E) previsão constitucional de previdência complementar fechada e pública para segurados ou servidores; proibição de contagem de tempo de serviço fictício e estabelecimento de aposentadoria diferenciada para os professores de ensino fundamental e médio.</p>
<p>109. O julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República compete exclusivamente</p> <p>(A) ao Congresso Nacional.</p> <p>(B) ao Senado Federal.</p> <p>(C) à Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) ao Tribunal de Contas da União.</p> <p>(E) ao Supremo Tribunal Federal.</p>	

<p>112. A Emenda Constitucional nº 41/03</p> <p>(A) extinguiu a aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, salvo direito adquirido.</p> <p>(B) extinguiu a paridade entre os salários dos servidores ativos e as aposentadorias e pensões pagas aos inativos que ingressaram no serviço público até 16.12.1998.</p> <p>(C) extinguiu o redutor de 2,5% (dois e meio por cento) ou de 5%, (cinco por cento) conforme o ano do preenchimento das condições exigidas para a obtenção do benefício da aposentadoria proporcional, 2005 e 2006, respectivamente.</p> <p>(D) revogou a exigência do adicional de contribuição de 40% (quarenta por cento) exigido para a aposentadoria proporcional em qualquer caso.</p> <p>(E) extinguiu a integralidade da aposentadoria por invalidez em caso de acidente de trabalho, devendo ser calculada proporcionalmente ao tempo de serviço.</p>	<p>114. A pensão por morte, segundo a legislação que disciplina o Regime Geral de Previdência Social, será paga</p> <p>(A) ao conjunto de dependentes, admitida a concorrência da companheira com a esposa separada de fato com direito a alimentos e com os filhos de até 21 anos ou inválidos.</p> <p>(B) ao conjunto de dependentes, admitida a concorrência da esposa com os pais do segurado falecido, que deste dependiam economicamente anteriormente à data do óbito.</p> <p>(C) aos filhos menores de 21 anos ou inválidos e ao menor sob tutela do ex-segurado, independentemente de comprovação da dependência econômica.</p> <p>(D) aos filhos de até 24 anos, se universitários ou inválidos e à esposa separada de fato, com direito a alimentos.</p> <p>(E) ao companheiro, ainda que homossexual admitida a concorrência com os pais do falecido segurado.</p>
<p>113. Em relação à forma de cálculo dos benefícios concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social,</p> <p>(A) o salário de benefício do auxílio doença consiste na média aritmética simples dos salários de contribuição devidamente atualizados desde julho de 1994 e não pode exceder a remuneração do trabalhador, considerada em seu valor mensal, ou seu último salário-de-contribuição no caso de remuneração variável para aqueles que se encontravam filiados ao RGPS anteriormente à edição da Lei nº 9.876/99.</p> <p>(B) a renda mensal da aposentadoria por tempo de serviço devida à mulher, corresponde a 70% (setenta por cento) do salário de benefício, acrescidos de 1% (um por cento) para cada grupo de contribuições mensais até o máximo de 100%, ao atingir 30 anos de serviço.</p> <p>(C) o salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição e da aposentadoria por idade consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição devidamente atualizados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.</p> <p>(D) a renda mensal do salário maternidade devido à segurada especial corresponde a 100% (cem por cento) da média dos doze últimos salários de contribuição devidamente atualizados.</p> <p>(E) a renda mensal da aposentadoria por idade do homem corresponde à 70% (setenta por cento) do salário de benefício, acrescidos de 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade até o máximo de 100% (cem por cento) do salário de benefício.</p>	<p>115. Considera-se acidente de trabalho, para fins de concessão de auxílio doença, a incapacidade decorrente de</p> <p>(A) moléstia inerente a grupo etário e de acidente ocorrido no trabalho, decorrente de terrorismo praticado por terceiro.</p> <p>(B) moléstia degenerativa e de acidente ocorrido no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o veículo de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.</p> <p>(C) ato de pessoa privada do uso da razão e de moléstia degenerativa.</p> <p>(D) inundação ocorrida no local de trabalho e de doença endêmica adquirida por segurado habitante da região em que ela se desenvolva.</p> <p>(E) viagem de estudo financiada pela empresa em veículo de propriedade do segurado e na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.</p> <p>116. Com relação às regras de custeio da Seguridade Social, a Constituição Federal estabelece que</p> <p>(A) a contribuição previdenciária não pode ser cobrada no exercício em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.</p> <p>(B) nenhum benefício poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total, salvo em se tratando de benefício assistencial.</p> <p>(C) a natureza jurídica da contribuição previdenciária é tributária, sendo que a cota da empresa tem caráter de imposto e a parcela devida pelo empregado caracteriza-se como taxa.</p> <p>(D) podem ser criadas contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior entre as receitas destinadas a assegurar o financiamento da Seguridade Social.</p> <p>(E) as contribuições previdenciárias incidentes sobre o lucro e sobre a receita ou faturamento devem ser instituídas por lei complementar.</p>

117. Em relação à contagem recíproca do tempo de contribuição, é correto afirmar:

- (A) A atual Jurisprudência do STF admite a contagem do tempo de serviço prestado na atividade privada rural para fins de aposentadoria no serviço público independentemente de contribuição no período que antecede a Lei nº 8.213/91.
- (B) A atual Jurisprudência do STF somente admite a contagem do tempo de serviço prestado na atividade privada, seja ela urbana ou rural, para fins de aposentadoria no serviço público, quando houver prova de contribuição no Regime Geral da Previdência Social.
- (C) As contribuições recolhidas em razão do exercício de atividades no Regime do Servidor Público e de forma concomitante, no Regime Geral de Previdência Social serão computadas em dobro para fins de contagem recíproca.
- (D) No tocante ao reconhecimento do tempo de serviço do trabalhador rural exercido anteriormente à vigência da Lei nº 8.213/91 é exigível o recolhimento das contribuições previdenciárias, para fins de aposentadoria urbana pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, segundo a atual Jurisprudência do STF.
- (E) Para fins de contagem recíproca de tempo de serviço, admite-se a conversão do tempo de serviço especial em comum exercido a qualquer tempo, para fins de concessão de aposentadoria no Regime do Servidor Público.

118. Considerando a competência do Tribunal de Contas fixada na Constituição Federal para o exercício do controle da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões, é correto afirmar:

- (A) O entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal em relação ao exercício do controle externo, é no sentido de que o Tribunal de Contas, ao julgar a legalidade da concessão de aposentadoria, não está jungido ao princípio do contraditório.
- (B) A decisão do Tribunal de Contas, no que diz respeito à aposentadoria dos servidores públicos, tem natureza jurídica constitutiva e não meramente declaratória do ato de aposentadoria, sendo ilegal o ato administrativo exarado pelo órgão de origem, que determinou a revisão dos proventos dos servidores, em razão da ausência de manifestação da Corte de Contas.
- (C) Quando o ato de concessão de aposentadoria ou pensão for considerado ilegal, o órgão de origem, após conceder prazo de quinze dias para que o interessado ofereça defesa administrativa, deverá decidir em dez dias sobre a suspensão ou não do pagamento dos proventos ou benefícios, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.
- (D) Quando o ato de concessão de aposentadoria for considerado ilegal, o órgão de origem, após oferecer prazo de quinze dias para que o interessado ofereça defesa administrativa, deverá decidir em dez dias sobre a cessação ou não do pagamento dos proventos ou benefícios, sob pena de multa a ser suportada pela autoridade administrativa omissa.
- (E) O entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal em relação ao exercício do controle externo é no sentido de que o Tribunal de Contas, ao julgar a legalidade da concessão da aposentadoria, está jungido ao princípio do contraditório.

119. À luz das disposições da Lei Complementar nº 73/2004,

- (A) a pensão por morte em caso de declaração de ausência ou de catástrofe será devida em qualquer caso, a partir da data da decisão judicial que declarar a ausência ou desaparecimento em razão de catástrofe ou a partir da data do requerimento.
- (B) a aposentadoria por invalidez será devida ao servidor público após período de licença para tratamento de saúde, que não poderá exceder 24 (vinte e quatro) meses, após constatação de incapacidade ainda que parcial e definitiva para o serviço público, apurada em laudo médico.
- (C) a aposentadoria por invalidez é devida a partir da data da publicação no Diário Oficial do ato que a concedeu e somente poderá ser revista até o julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (D) é vedada a acumulação de mais de uma aposentadoria por conta do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Maranhão, salvo em se tratando de dois cargos de professor ou a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (E) da decisão que indeferir a concessão de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, caberá recurso dirigido à Gerência do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão.

120. A Emenda Constitucional nº 41/2003 estabelece:

- (A) A aposentadoria terá como referência para fins de cálculo as regras do Regime Geral da Previdência Social, desde que o servidor tenha 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, além de 20 (vinte) anos, de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos na carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo de referência.
- (B) O valor da pensão por morte corresponde à totalidade dos proventos do servidor falecido caso o servidor estivesse aposentado na data do óbito ou da remuneração do cargo efetivo, quando em atividade, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 50% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.
- (C) Incidirá contribuição previdenciária sobre as parcelas remuneratórias superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor teto do Regime Geral de Previdência Social integrantes das pensões previdenciárias concedidas pela União, Estados e Municípios, somente nos benefícios concedidos após a sua edição.
- (D) A Constituição Federal autoriza os entes da Federação a fixar para o valor das aposentadorias e pensões o teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral, desde que instituem regime de previdência complementar por intermédio de entidades fechadas de natureza pública, para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, devendo referidas entidades oferecer aos participantes benefícios previamente definidos.
- (E) A aposentadoria terá como referência para fins de cálculo a remuneração do cargo efetivo em que for concedida, desde que a servidora tenha 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, além de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos na carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo de referência.